



A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: ENTRE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES

Margarida do Espírito Santo Cunha Gordo
Universidade Federal do Paraná – UFPA (Brasil)
Endereço eletrônico: margaridagordo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

286

Este estudo é parte de uma pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado, que traz o seguinte problema: de que forma a educação física se estabeleceu como disciplina nas escolas brasileiras? Teve como objetivo realizar um levantamento historiográfico da educação física no Brasil, no sentido de construir todo um cenário legal que a tornou uma disciplina na escola.

Consideramos importante trazer à luz a historiografia desse componente curricular que tem como objeto de estudo o corpo em movimento e, dependendo do período e dos governos que comandavam o país, mudanças foram ocorrendo, as quais marcaram significativamente o seu modo de existir na escola. Ressaltamos que os registros historiográficos desta pesquisa vão do período imperial – final do século XXIX – às repúblicas – até os dez primeiros anos do século XXI – abordando acontecimentos relevantes, como as duas grandes reformas educacionais e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBs).

METODOLOGIA

É uma pesquisa de cunho qualitativo, em que se fez uma pesquisa bibliográfica para a construção do panorama historiográfico e legal da educação física escolar. Fizeram parte das buscas: livros, dissertações, teses, artigos e documentos oficiais. O período pesquisado foi desde o império até o ano de 2010, quando encerrou a pesquisa.



IMPÉRIO (1822-1889)

Entre leis, decretos e resoluções, a educação física se movimentou e criou corpo no cenário educacional brasileiro. Essa história foi referendada com o Parecer nº 224¹ de 12 de setembro de 1882, que instituiu a Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública, mais especificamente em seu Capítulo VII intitulado *Da Educação Física*, que teve Rui Barbosa como seu relator (SOARES, 2007; MARINHO; ACCIOLY, 1956).

Marinho e Accioly (1956) destacam que com este parecer a educação física integrou-se ao currículo escolar, cujo principal conteúdo proposto pelo relator fora à ginástica, baseada na concepção médico-higienista com ênfase para o método ginástico sueco criado por Ling. Destacam também, que foi concedida à educação física um caráter de obrigatoriedade, distinguindo-a do horário do recreio e determinando sua prática ao final das aulas.

No ano de 1890 o intelectual paraense José Veríssimo publicou o relevante livro *A Educação Nacional*², no qual dedicou um capítulo à educação física, defendendo a relevância da intervenção pedagógica da educação física na escola. Veríssimo (1985) sugeriu que a educação física assumisse características brasileiras bem delimitadas e que não se restringisse aos movimentos ginásticos, bem como defendeu a prática da educação física aos jovens e adultos e, às crianças e mulheres (respeitando suas peculiaridades e limitações).

1ª REPÚBLICA (1889-1930)

Esse período foi marcado pela chegada da Associação Cristã de Moços em 1891 no Rio de Janeiro, tendo o papel de influenciadora e incentivadora da prática esportiva sistematizada no Brasil. Alguns fatos foram importantes nessa época como a criação da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo em 1909, a edição de revistas e congressos de educação física e o primeiro curso de formação baseado nos

¹ Parecer realizado pela Comissão de Instrução Pública presidida por Rui Barbosa do Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879 que instituiu a reforma educacional assinada por Carlos Leôncio de Carvalho, que concedia à Ginástica sua inclusão na grade curricular e sua obrigatoriedade na escola (SOARES, 2007; MELO; MACHADO, 2009).

² Este livro foi reeditado em 1985. Foi esta edição que usamos.



moldes do Centro Militar de Educação Física com o intuito de formar professores para a rede pública com orientação médico-higienista (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

No início do século XX o Brasil vivia um caos no que diz respeito ao saneamento básico, higiene pessoal, muitas doenças como gonorreia, tuberculose etc., além de medidas sanitaristas, como a vacinação, houve a necessidade de trabalhar e de desenvolver a higiene da população por meio da educação física, com seus instrutores que eram orientados pelos médicos (GOIS JÚNIOR, 2000; SOARES, 2007).

No ano de 1928 veio a Reforma de Ensino Fernando de Azevedo, em que se estabeleceu para todos os níveis e estabelecimentos educacionais, a obrigatoriedade da educação física, em sessões diárias a todos os alunos, reservando-se à mulher, assim como em Rui Barbosa e Veríssimo, atividades ginásticas leves e próprias para sua condição na sociedade (MARINHO; ACCIOLY, 1956; SOARES, 2007).

288

2ª REPÚBLICA (A PARTIR DE 1930)

De acordo com Betti (1991), essa década foi um marco para a educação e para a educação física no Brasil sob a égide do governo centralizador de Getúlio Vargas tiveram duas reformas: a Reforma Campos, nela a educação física ganhou status de obrigatoriedade no ensino secundário e sua prática na escola passou a ser considerada como requisito indispensável para que o Ministério da Educação e Saúde autorizasse o funcionamento de estabelecimentos de ensino.

Ao fechar o Congresso Nacional no ano de 1937 Vargas estabelece o Estado Novo, outra constituição se torna vigente no Brasil, a qual faz referências sobre a Educação Física, que teria que seguir uma linha rígida, inerente ao regime militar, de manutenção da disciplina e da ordem, proporcionando uma educação moralizadora e contida do corpo (CASTELLANI FILHO, 2002). Todo o desenvolvimento da disciplina era estabelecido pelo governo, via portaria ministerial (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

No ano de 1942, foi instituída a Reforma Capanema. Em seu capítulo quarto denominado *Da Educação Física*, em seu artigo 19 determina que “a educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1942). O objetivo principal dessa reforma foi o de recrutar e preparar jovens para a segunda guerra mundial.

Realização:



Apoio:





Com a destituição de Vargas houve mudança de regime e mudanças na educação física. Sob o governo transitório de José Linhares a educação física sofreu isolamento na Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e a diminuição do tempo e das frequências semanais das aulas (BETTI, 1991). No governo JK ocorreu mais uma reorganização da educação física no ensino secundário regulamentada pela portaria do Ministério da Educação e Saúde nº 168 de 17 de abril de 1956, na qual sua prática deveria ocorrer em centros especializados e retornando para o tempo de 50 minutos por sessão e com frequência de três vezes semanais para os alunos matriculados nos Centros de Educação Física. A partir dessa portaria foi determinada a dispensa das atividades escolares aos alunos que participassem de eventos esportivos e demonstrações de Educação Física.

289

AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Foram três as LDBs brasileiras. No tocante à educação física, a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 consolidou-a no campo escolar, quando fez referência à mesma em seu artigo 22, como prática obrigatória até a idade de 18 anos, no ensino primário e médio. Em 1969, sofrendo o Brasil mais um golpe de estado, os militares retomam o poder e o artigo 22 da LDB de 1961 é revogado e substituído pelo Decreto-Lei nº 705 de 25 de julho de 1969, que estende a prática da Educação Física a todos os níveis e ramos de ensino, dando prioridade ao esporte como conteúdo para o ensino superior. Assim, se inicia a era da esportivização (BETTI, 1991).

A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, a LDB de 1971, reservou um aparte em seu artigo 7º à educação física incluindo-a nos currículos plenos das escolas de primeiro e segundo grau. Em seguida o governo baixou o Decreto-Lei nº 69.450 de 1º de novembro de 1971 que regulamentou a Educação Física e estabeleceu parâmetros de como essa atividade se relacionaria com a sistemática da educação nacional, bem como a origem e aplicação de recursos financeiros (BRASIL, SENADO FEDERAL, 1971).

A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, a LDB de 1996, permanece em vigor nos dias atuais. Trouxe consigo mudanças importantes para o sistema educacional. Em seu texto original não constava o termo obrigatório no que diz respeito à educação física, o qual foi incluído pela Lei 10.328 de 12 de dezembro de 2001 (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001). Também ficou estabelecida a dispensa dessa

Realização:



Apoio:





disciplina no ensino noturno. A lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003 vetou a prática facultativa aos alunos de pós-graduação, aos alunos que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, que sejam maior de trinta anos de idade, que estiverem prestando serviço militar inicial e que tenham prole (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

CONCLUSÕES

É oportuno lembrar que a historiografia da Educação Física brasileira está fortemente ligada aos movimentos higienista, eugenista, positivista e militar, todos originários no centro de irradiação de novas ideias, a Europa. Segundo Taffarel (1993), a Educação Física no Brasil, desde sua inclusão na escola, esteve atrelada às questões políticas, econômicas e sociais, principalmente nos períodos em que a Ditadura reinou no país e, que o governo autoritário, na tentativa de consolidar sua ideologia, fez uso das atividades esportivas e da Educação Física em geral com a finalidade de anestesiar a consciência e de enfraquecer a participação do povo nos processos reivindicatórios e decisivos.

PALAVRAS-CHAVE: história da educação física. Legislação da educação física. Reformas.

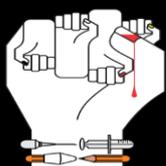
REFERÊNCIAS

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 4244 de 09 de abril de 1942:** lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacao-1-pe.html>. Acesso: 24 de março de 2010.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971:** lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368>. Acesso em: 27 de março de 2010.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 10.328 de 12 de dezembro de 2001:** introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular constante do §3º do art. 26 da lei nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10328.htm. Acesso em: 27 de março de 2010.



BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003**: altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.793.htm>. Acesso em: 27 de março de 2010.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**: polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

GOIS JÚNIOR, E. **Os higienistas e a educação física**: a história dos seus ideais. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro.

MARINHO, I. P.; ACCIOLY, A. R. **História e organização da educação física e dos desportos**. Vol. I. Rio de Janeiro: s.ed., 1956.

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. Notas para a história da educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 34, p. 294-305, jun. 2009.

SOARES, C. L. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TAFFAREL, C. N. Z. **A formação do profissional da educação**: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. 1993. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) UNICAMP. Campinas.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.